

# Diário Oficial

## Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 94

Ministério Público Estadual

Recife, sábado, 24 de maio de 2014

# Fiscalizações em supermercados realizam 19 interdições

Tanto lojas de grandes redes quanto as de bandeiras mais populares têm apresentado sérios erros

Em um mês, a blitz em supermercados realizou 19 interdições (totais ou parciais), três delas por reincidência e uma autuação. O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Vigilância Sanitária, o Procon, a Delegacia do Consumidor, o Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) e a Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (Adagro) têm feito um trabalho conjunto para identificar as irregularidades nas lojas e penalizá-las para que se adequem às normas exigidas.

O consumidor vai às compras desconfiado, pois a lista de

interdições contém estabelecimentos dos mais variados níveis e em diferentes bairros. Tanto lojas de grandes redes quanto as de bandeiras mais populares têm mostrado sérios erros e até má-fé dos funcionários no trato com os produtos. Em diversas delas, laticínios estavam armazenados em temperaturas muito acima das adequadas, e foram observados sujeira, mofo e fungos pelos pisos e paredes das lojas. Carnes, salsichas, pescados e crustáceos se encontravam já em estado de decomposição; roedores e insetos passeavam pelas gôndolas; embalagens abertas ou furadas e com os



conteúdos expostos.

Nas sindicâncias, foram detectados produtos com validade vencida e com indicação de que foram revalidados (novas datas sobre rótulos antigos) o que demonstra que os funcionários sabiam que estavam impróprios para consumo humano. Os fiscais acreditam

que muitas lojas desligavam as máquinas frigoríficas durante a madrugada para reduzir os custos de energia elétrica, mesmo que colocando em risco a qualidade das mercadorias.

“Os estabelecimentos não cumpriram as normas em sua totalidade, atentando contra a saúde pública e o consumidor. Por isso, estamos intensificando as fiscalizações para que comecem a respeitar as leis”, disse o promotor de Justiça Mavíael Souza, da Promotoria

de Defesa do Consumidor da Capital do MPPE. “As sindicâncias vão continuar ocorrendo até que os supermercados resolvam atender às leis e respeitar os consumidores”, completou ele.

As fiscalizações mais recentes foram no Bompreço e RM Express, no bairro de Boa Viagem, e Pague Menos, em Camaragibe. Os supermercados apresentavam produtos vencidos e pouca higiene para armazenar alimentos. No Bompreço foram achados produtos fora da validade, restos de ratos e fezes de roedores. No RM Express, a interdição foi parcial, atingindo a padaria e o

açougue, onde se constatou falta de condições higiênicas para a manipulação de alimentos. No Pague Menos, havia mofo no ambiente do estoque e raticidas em contato com os produtos.

O coordenador geral do Procon em Pernambuco, José Rangel, tem dito que as denúncias feitas por consumidores nas redes sociais têm determinado o aumento e o destino das fiscalizações e pede que a população continue com postagens do tipo. As denúncias dos consumidores à Vigilância Sanitária podem ser feitas também pelo telefone (81) 3355-5416.

### São João

#### Arma Nem de Brinquedo é tema de audiência

Para promover a campanha de troca de armas de brinquedos por outros considerados como saudáveis, foco da campanha *Arma Nem de Brinquedo*, que integra as ações do *Projeto São João contra o crack*, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) convoca para audiência pública, a ser realizada na próxima terça-feira (27), no município de São João (Agreste Meridional). O evento acontecerá, às 10h, no auditório do Fórum Dr. Lito de Azevedo.

A audiência será presidida pela promotora de Justiça Ana Cristina Barbosa Taffarel.

### TRATAMENTO DE TAXICÔMANOS

## MP busca implementar rede de saúde de Condado

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) expediu recomendações ao município de Condado (Mata Norte) e à Secretaria Municipal de Saúde para que medidas sejam adotadas, com a finalidade de um efetivo enfrentamento às drogas e seus efeitos na saúde. Se faz necessária implementação de serviços públicos e programas de saúde de acordo com as demandas específicas da população infantil-juvenil local, com base na imensa quantidade de procedimentos por atos infracionais relacionados ao consumo e tráfico de drogas (especialmente o crack) e nos atendimentos de adolescentes que

necessitam de tratamento de toxicômanos, contudo apresenta-se como dificuldade a inexistência de rede especializada para tratamento em Condado.

A gestão municipal e a Secretaria devem providenciar, com urgência, a adequação dos serviços municipais de saúde ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente. Para isso, providenciará a criação do Conselho Municipal de Políticas de Combate às Drogas, que após a criação, deverá realizar campanha preventiva ao consumo de substâncias entorpecentes de forma permanente. A política de enfrenta-

mento dos problemas advindos dessas substâncias deve reunir, também, esforços dos setores públicos municipais de Saúde, Assistência Social, Direitos Humanos e Educação.

Deverá ainda ser criado o Fundo Municipal para implementação da política de prevenção sobre álcool e outras drogas, que objetiva qualificar profissionais, trabalhadores, gestores e as comunidades locais para captar recursos e atuar na prevenção e atendimento aos usuários dessas substâncias.

Entre outros itens recomendados aos gestores municipais e ao órgão de saúde, está a arti-

culação que deverá ser feita com a Secretaria de Saúde Estadual para disponibilizar leitos hospitalares, de acordo com a demanda recebida para possíveis desintoxicações que forem necessárias. Deverá ser disponibilizado também tratamento psiquiátrico e psicológico para jovens usuários de drogas.

O município e Secretaria devem detalhar a rede municipal e regional de tratamento de dependentes químicos, especificando quantos e quem são os profissionais atuantes na cidade.

Mais informações  
[www.mp.pe.gov.br](http://www.mp.pe.gov.br)



A Secretaria Geral do Ministério Público de Pernambuco informa que o contrato com a empresa Consul Top Consultoria e Engenharia Ltda referente à obra do pátio do Edif. Paulo Cavalcanti foi rescindido devido a irregularidades cometidas pela empresa. A Consul Top realizou aproximadamente 70% da obra, e, pela dificuldade de um novo processo licitatório para concluir somente os 30% dos serviços restantes, a Secretaria Geral optou por realizar os trabalhos com a própria equipe de manutenção, sob coordenação do engenheiro Gustavo Barreira. A Secretaria Geral pede a cooperação e compreensão de todos.













18º – Dra. Sueli Gonçalves de Almeida	02	41	43	00	43	00	
19º – Dra. Mariléa de Souza C. Andrade*	-	-	-	-	-	-	* Férias
20º Dr. Manoel Cavalcanti de A. Neto*	00	18	18	00	18	00	* Férias (10 dias)
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	<b>588</b>	<b>610</b>	<b>00</b>	<b>601</b>	<b>09</b>	

## PROCESSOS REMETIDOS ÀS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA PARA CONTRARRAZÕES, AINDA NÃO DEVOLVIDOS:

APELAÇÃO CRIMINAL	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A)	DATA DE ENVIO
303026-2	Promotoria de Justiça com assento na 10ª. Vara Criminal da Capital	Dra. Sueli Araújo Costa	08/01/2014
316507-7	Promotoria de Justiça de Pesqueira	Dr. Oscar Ricardo De Andrade Nóbrega	23/01/2014
325005-7	Promotoria de Justiça de Vertentes	Dr. Jaime Adrião C. Gomes da Silva	04/02/2014
322546-1	Promotoria de Justiça de Olinda	Dr. Valdecy Vieira da Silva	19/02/2014
325997-0	Promotoria de Justiça de Pesqueira	Dr. Oscar Ricardo De Andrade Nóbrega	06/03/2014
324746-9	Promotoria de Justiça com assento na 13ª. Vara Criminal da Capital	Dr. Clóvis Alves Araújo	18/03/2014
309916-5	Promotoria de Justiça com assento na 11ª. Vara Criminal da Capital	Dr. Clóvis Alves Araújo	24/03/2014
329511-6	Promotoria de Justiça de Caruaru	Dr. George Diógenes Pessoa	25/03/2014
328596-5	Promotoria de Justiça de Camaragibe	Dr. Edgar José Pessoa Couto	25/03/2014
326822-2	Promotoria de Justiça de Caruaru	Dr. George Diógenes Pessoa	02/04/2014
329312-3	Promotoria de Justiça com assento na 2ª. Vara Criminal da Capital	Dr. Marcos Antônio Matos de Carvalho	02/04/2014
386669-3	Promotoria de Justiça de São José da Coroa Grande	Dra. Carla Verônica Pereira Fernandes	03/04/2014
328443-9	Promotoria de Justiça de Gravatá	Dr. Rodrigo Costa Chaves	04/04/2014
330084-1	Promotoria de Justiça com assento na 12ª. Vara Criminal da Capital	Dr. Clóvis Alves Araújo	04/04/2014
331045-8	Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Dra. Carolina Maciel Paiva	07/04/2014
293840-7	Promotoria de Justiça de Palmares	Dr. Frederico Guilherme da Fonseca Magalhães	07/04/2014
318492-9	Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Dra. Carolina Maciel Paiva	07/04/2014
329839-9	Promotoria de Justiça de Camaragibe	Dra. Nancy Tojal de Medeiros	08/04/2014
311032-5	Promotoria de Justiça com assento na 10ª. Vara Criminal da Capital	Dra. Sueli Araújo Costa	15/04/2014
309306-9	Promotoria de Justiça com assento na 2ª. Vara Criminal da Capital	Dr. Marcos Antônio Matos de Carvalho	15/04/2014
329457-7	Promotoria de Justiça com assento na 3ª. Vara Criminal da Capital	Dr. José Ramon S. Tavares de Albuquerque	16/04/2014
332496-9	Promotoria de Justiça de Jaboatão dos Guararapes	Dra. Carolina Maciel Paiva	16/04/2014
330928-8	Promotoria de Justiça de Camaragibe	Dr. Edgar José Pessoa Couto	15/04/2014

Recife, 16 de maio de 2014

**Adriana Gonçalves Fontes**  
Procuradora de Justiça Criminal / Coordenadora da Procuradoria Criminal

## Central de Recursos Cíveis

ESTATÍSTICA DE RECURSOS DE MARÇO DE 2014  
Referência: 01/03/2014 a 31/03/2014

## CENTRAL DE RECURSOS CÍVEIS

Procurador(a) de Justiça/Promotor de Justiça	Atuação Ministerial	
	Recursos	
	Tipo	Quantidade
Ricardo Guerra Gabínio (CRC)	Agravo Regimental	1
	Embargos de Declaração	4
	Petição	3
	Recurso Especial	3
<b>Total</b>		<b>11</b>

Procurador(a) de Justiça/Promotor de Justiça	Atuação Ministerial	
	Contrarrrazões	
	Tipo	Quantidade
Ricardo Guerra Gabínio (CRC)	Contrarrrazões a Agravo em Recurso Especial	5
	Contrarrrazões a Agravo em Recurso Extraordinário	1
	Contrarrrazões a Embargos de Declaração	5
	Contrarrrazões a Recurso Especial	3
	Contrarrrazões a Recurso Extraordinário	5
<b>Total</b>		<b>19</b>

## CENTRAL DE RECURSOS CÍVEIS

Promotor (a) de Justiça	Atuação Ministerial		
	Recursos/Contrarrrazões		
	Tipo	Quantidade	
Alice de Oliveira Morais	Cabo	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Aline Daniela Florêncio Laranjeira	Ibimirim	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Bruno Melquiades Dias Pereira	Agrestina	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Felipe Akel Pereira de Araújo	Triunfo	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	2
Janine Brandão Morais	Nazaré da Mata	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
João Paulo Pedrosa Barbosa	Lagoa dos Gatos	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Maria Izamar Ciriaco Pontes	Paulista	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Tayjane Cabral de Almeida	Pedra	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
<b>Total</b>			<b>9</b>

CIÊNCIA DE ACÓRDÃO/DECISÃO  
Referência: 01/03/2014 a 31/03/2014

Procuradores de Justiça	Distribuídos no Mês	Ciência Pessoal
16ª- João Antônio de Araújo Freitas Henriques (férias)	2	2
CRC Coordenação da CRC – Ricardo Guerra Gabínio	334	392
<b>Total</b>	<b>336</b>	<b>394*</b>

\* Existem processos com mais de uma ciência

Recife, 21 de maio de 2014.

**Ricardo Guerra Gabínio**  
Promotor de Justiça  
Coordenador da Central de Recursos Cíveis

**Marcos Henrique Vieira de Lima**  
Técnico Ministerial  
Secretário da Central de Recursos Cíveis

ESTATÍSTICA DE RECURSOS DE ABRIL DE 2014  
Referência: 01/04/2014 a 30/04/2014

## CENTRAL DE RECURSOS CÍVEIS

Procurador(a) de Justiça/Promotor de Justiça	Atuação Ministerial	
	Recursos	
	Tipo	Quantidade
Ricardo Guerra Gabínio (CRC)	Agravo em Recurso Especial	3
	Agravo Regimental	3
	Embargos de Declaração	1
	Recurso de Agravo	4
	Recurso Especial	1
João Antônio de Araújo Freitas Henriques	Agravo Regimental	1
<b>Total</b>		<b>13</b>

Procurador(a) de Justiça/Promotor de Justiça	Atuação Ministerial	
	Contrarrrazões	
	Tipo	Quantidade
Ricardo Guerra Gabínio (CRC)	Contrarrrazões a Agravo em Recurso Especial	2
	Contrarrrazões a Embargos de Declaração	2
	Contrarrrazões a Recurso Especial	5
	Contrarrrazões a Recurso Extraordinário	6
João Antônio de Araújo Freitas Henriques	Contrarrrazões a Embargos de Declaração	1
<b>Total</b>		<b>16</b>

## CENTRAL DE RECURSOS CÍVEIS

Promotor (a) de Justiça	Atuação Ministerial		
	Recursos/Contrarrrazões		
	Tipo	Quantidade	
Aline Daniela Florêncio Laranjeira	Ibimirim	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Daniela Maria Ferreira Brasileiro	Paulista	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Édipo Soares Cavicante Filho	Jaboatão	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Fabiano de Araújo Saraiva	Igarassu	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Fernanda Arcoverde C.Nogueira	Olinda	Petição	1
Fernanda Henriques da Nóbrega	Chã Grande	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Luciana Maciel Dantas Figueiredo	Idoso	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Máisa Silva Melo de Oliveira	Olinda	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	2
Marcus Alexandre Tieppo Rodrigues	Venturosa	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Ricardo V.D.L. De Vasconcellos Coelho	Consumidor	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
	Habitação	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
Vera Rejane Alves dos Santos Mendonça	Vitória	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	2
Walkis Pacheco Sobreira	Arcoverde	Contrarrrazões a Agravo de Instrumento	1
<b>Total</b>			<b>15</b>

CIÊNCIA DE ACÓRDÃO/DECISÃO  
Referência: 01/02/2014 a 28/02/2014

Procuradores de Justiça	Distribuídos no Mês	Ciência Pessoal
16ª- João Antônio de Araújo Freitas Henriques (férias)	16	21
CRC Coordenação da CRC – Ricardo Guerra Gabínio	286	320
<b>Total</b>	<b>302</b>	<b>341*</b>

\* Existem processos com mais de uma ciência

Recife, 21 de maio de 2014.

**Ricardo Guerra Gabínio**  
Promotor de Justiça  
Coordenador da Central de Recursos Cíveis

**Marcos Henrique Vieira de Lima**  
Técnico Ministerial  
Secretário da Central de Recursos Cíveis